

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM DIAMANTINA (MG): UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Claudete Cristina Rocha Alves Silva (UFVJM)
Rogério Pereira de Arruda (UFVJM)

Resumo: O presente artigo se propõe a apresentar o projeto de pesquisa sobre a implantação da Educação Patrimonial no município de Diamantina (MG) e suas possibilidades futuras, realizado no âmbito do Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, da UFVJM. A cidade é reconhecida pela UNESCO, desde 1999, como Patrimônio Cultural da Humanidade. Suas características históricas, naturais e culturais conformam um conjunto variado de experiências com grande potencial para o trabalho na perspectiva da Educação Patrimonial. A cidade instituiu, recentemente, o Programa Pedagógico de Educação Patrimonial e possui a disciplina na grade curricular diversificada do ensino fundamental I, da educação básica. Neste trabalho apresenta-se um desenho inicial da investigação proposta e alguns fundamentos teóricos e metodológicos que lhe dão subsídio.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Diamantina; Papel Social; Reflexão

1 Introdução

Durante as décadas mais recentes, a Educação Patrimonial tem sido vista como um método de investigação transversal utilizada em diversos trabalhos científicos ao redor do mundo. Suas linhas de pesquisa evoluíram da natureza fundamentalmente descritiva (didática do patrimônio) para uma avaliação com enfoque na qualidade dos projetos e também nos resultados da implementação de programas de educação patrimonial (MERILLAS et al., 2019). Nesse sentido, o patrimônio tem sido cada vez mais requisitado por diferentes grupos, instituições e sujeitos como parte da identidade de uma sociedade quanto às suas características, costumes, comportamento, além de ser um registro fundamental para as gerações futuras.

Pensar o patrimônio, no contexto educativo, conduz a um questionamento sobre o papel social da Educação Patrimonial. Por esse caminho, é necessário analisar as abordagens do tema no processo educacional, pois é importante romper com o velho paradigma da educação tradicional que negligencia o diálogo, a vivência e o pertencimento dos sujeitos inseridos em suas culturas.

É importante perceber a relevância social e pedagógica em desenvolver a pesquisa e compreender o papel social da Educação Patrimonial e os meios de apropriação das práticas de ensino pelas instituições de educação. Portanto, o objetivo desse trabalho é realizar uma reflexão sobre os desafios em desenvolver um trabalho pragmático em educação patrimonial. Um balanço das metodologias que objetivam educar para a vida.

A educação patrimonial é uma maneira de divulgar a identidade de uma sociedade e o significado do conceito de cidadania, por meio de uma abordagem problematizadora. Assim, a educação apresenta sua tarefa em formar cidadãos conscientes e participativos em suas decisões, direitos e deveres.

Nessa concepção, a educação comprometida com a formação cidadã está naturalmente interligada ao significado de patrimônio que envolve diferentes relações sociais e caminhos que se revelam, muitas vezes, em luta e resistência pela busca da cidadania. Portanto, é pertinente refletir que sem educação não haverá cidadania. Esse direito é fortalecido pela Lei nº. 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao declarar que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2º).

2 Patrimônio

No ocidente moderno, a visão da importância da valorização do patrimônio histórico cultural como é conhecido hoje teve suas origens no século XIX, por meio de pensamentos que ressaltavam a importância da preservação do passado e exaltação das artes e cultura. De acordo com Regina Abreu (2015), o processo de patrimonialização pode ser dividido em três momentos históricos que compreendem a criação de agências nacionais e internacionais, a formação de agentes e a definição de políticas públicas.

“No primeiro, que vai do século XIX à primeira metade do século XX, os processos de patrimonialização fundamentavam-se na reconstrução do passado (história) ou na busca e valorização de uma arte nacional. No segundo, cujo marco fundamental foi a criação da UNESCO nos anos 1940, uma nova e importante variável é absorvida pelos processos de patrimonialização: o conceito antropológico de cultura. É importante ressaltar que o projeto de criação desta agência internacional esteve ligado diretamente à busca da paz entre as nações após duas guerras mundiais. A noção de que os homens eram seres biologicamente semelhantes e que poderiam marcar suas diferenças pela cultura foi apropriada como um dos fundamentos da UNESCO em que a meta seria a troca e o intercâmbio entre as culturas para uma maior aproximação e, conseqüentemente, um maior entendimento entre os seres humanos. O terceiro momento tem início no final dos anos 1980, particularmente com o lançamento pela UNESCO da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares em 1989, quando as políticas preservacionistas passam a ser normatizadas por fóruns internacionais, com a predominância da UNESCO, estimulando uma dinâmica globalizada de identificação, proteção, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais. É neste período que se implanta o que estou chamando de tendência à “patrimonialização das diferenças”, em que a palavra de ordem, capitaneada sobretudo pela UNESCO, é que, “num mundo com tendência crescente à homogeneização” protagonizada pelo capitalismo globalizado e neoliberal, é preciso preservar, ou seja: conceder especial atenção à noção de singularidade ou de especificidade local” (ABREU, 2015, p. 69).

Refletir sobre o significado do termo “patrimônio” e os complementos incorporados ao seu uso, ao longo do tempo, permite percebê-lo como construção social, tornando-se necessário também considerar os valores coletivos dos sujeitos, possibilitando construir observações acerca de distintas realidades, relações de poder e disputas nesse campo. Quanto também referir-se à “renovação do olhar sobre todos os patrimônios, quer sejam os genéticos, arqueológicos, antropológicos, naturais, paisagísticos, materiais, imateriais, digitais [...]” (TARDY; DODEBEI, 2009, p. 10).

3 Educação Patrimonial

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Educação Patrimonial pode ser entendida como os processos educativos formais e não formais construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação (BRASIL, 2016).

A educação patrimonial apresenta-se como uma concepção que sintetiza bem a ideia de mediação para apropriação do conhecimento, evidenciando o caráter dialógico: a multiplicidade de olhares e percepções sobre os bens culturais, teóricos, afetivos, estéticos, de

valorização dos saberes e fazeres das comunidades locais. Deve considerar o olhar e vivência dos estudantes em sua comunidade, conforme nos explica o educador Paulo Freire: “Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural” (FREIRE, 1996, p. 46).

Nessa perspectiva sócio–construtivista, a Educação Patrimonial se apresenta como terreno fértil para reconhecer que o “bem” está inserido num contexto de significados local associados à vivência, memórias e identidade, sustentando suas bases legais na prática, conforme descrito no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, a saber:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2016, p.126).

4 Metodologias de ensino da Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial acredita que a aprendizagem ocorre por meio do conhecimento sobre o passado e presente, de maneira concreta, crítica e democratizada. A partir dessa compreensão, é possível contribuir para a geração de um entendimento centrado na apropriação de saberes e aprendizado da herança cultural como parte da identidade de cada pessoa. As etapas de ensino da educação patrimonial são definidas por: (i) observação do objeto de estudo, (ii) registro do conhecimento percebido, (iii) exploração do conhecimento por meio de consulta em diferentes fontes de informação e (iv) apropriação do bem cultural (ROSSI, 2017).

O artigo 3º da Portaria nº 137, que estabelece as diretrizes da Educação Patrimonial, exprime bem a ideia das etapas de ensino citadas anteriormente:

I - incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;

II - integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;

III - valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;

IV - favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;

V - considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais;

VI - considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas;

VII - incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural às ações de sustentabilidade local, regional e nacional;

VIII - considerar patrimônio cultural como tema transversal e interdisciplinar (BRASIL, 2016).

Um dos principais desafios para o ensino da educação patrimonial é a falta de pensamento crítico e motivação para aprender por parte dos alunos. Isso ocorre principalmente em disciplinas como história e artes, pois uma grande parte dos estudantes não consideram a

razão das coisas e o motivo destas acontecerem, já que a leitura dos livros apresenta uma visão muito objetiva dos fatos. Para contornar esse problema, é importante que os professores incorporem novas metodologias de ensino que tornem o objeto de estudo mais interessante e que tenha ligação com o ambiente em que vivam (RIVAS, 2017).

Outra análise importante é a dimensão subjetiva do espaço na abordagem de autores humanistas que buscam entender como os povos vivem, como se sentem e se identificam com seus territórios. Yu-Fu-Tuan (1980) disserta sobre o lugar e seu significado para os grupos sociais e culturais, aborda sobre os sentidos visão, audição, olfato e tato como fundamentais para a percepção humana, definindo topofilia “[...] o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal...” (TUAN, 1980, p. 5). Essa abordagem direciona para a percepção afetiva do patrimônio cultural, colaborando para as novas metodologias e estratégias de visibilidade das múltiplas narrativas sobre o patrimônio.

Uma metodologia de ensino com abordagem provocativa e inquietante constitui fator fundamental para pensar o patrimônio cultural em um processo de educação para a vida. É necessário trabalhar a partir de busca em informações de variadas fontes e leituras que conduzem à construção do conhecimento, apropriando-se de diferentes práticas subjetivas, dinâmicas, instigando a percepção dos jovens estudantes, como destaca Barca:

A abordagem da investigação em Educação histórica nasceu da preocupação em contribuir para aquilo que, talvez, falte ainda no panorama global dos trabalhos em Ensino da História (e de alguns outros saberes): ligar a teoria à prática, isto é, não apresentar apenas propostas prescritivas não testadas em estudos empíricos, mas sim criar, implementar e analisar situações de aprendizagem reais, em contextos concretos, e disseminar resultados que possam ser ajustados a outros ambientes educativos (BARCA, 2012, p. 37).

4 A Educação Patrimonial no município de Diamantina

O município de Diamantina, localizado sobre a Serra do espinhaço, interior de Minas Gerais, apresenta características geográficas e históricas relevantes. A cidade tem seu histórico relacionado à descoberta de ouro e diamante no período colonial. Passando de povoado a arraial até chegar ao status de município, apresenta características próprias que influenciam até hoje o modo de vida local. Esse fato está intimamente relacionado ao reconhecimento do valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e cultural que o município apresenta. Fator decisivo para o reconhecimento como Patrimônio Nacional pelo IPHAN no ano de 1938 e como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1999 (BRASIL, 2013).

Por este motivo, ressalta-se a importância de se trabalhar a temática da Educação Patrimonial nas escolas do município. Pois, é perceptível a existência de estreita ligação do espaço territorial com as sociodiversidades que constituem o patrimônio local. Essa questão aponta a necessidade em refletir sobre os caminhos que a Educação Patrimonial no município de Diamantina percorreu e percorre. Em 29 de novembro de 2019 foi instituído o programa pedagógico de Educação Patrimonial, por meio do Decreto Municipal número 466 (DIAMANTINA, 2019). Porém, o programa nasceu em 2017 como uma parceria entre as Secretarias Municipais de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico e de Educação. Também, no ensino Fundamental I, a Educação Patrimonial está presente como disciplina da grade curricular diversificada.

Diante dessa realidade, verifica-se que a Educação Patrimonial vem ganhando notoriedade no contexto relacionado às políticas educacionais nesse município. Sendo importante refletir sobre a consistência do tema, analisar a proposta pedagógica e sua aplicabilidade de forma significativa para os diferentes sujeitos sociais.

Assim, como em toda pesquisa científica, os procedimentos teóricos-metodológicos são fundamentais para a natureza e integridade do conhecimento, pela busca da assertividade nas interpretações. O estudo será composto pela identificação dos marcadores da qualidade de educação patrimonial relevantes atualmente registrados na base de dados da Prefeitura. A amostra compreenderá programas que se dividem em: projetos educativos, projetos didáticos, ferramentas didáticas, projetos de investigação, diretrizes que normatizam o ensino em Educação Patrimonial.

Para a produção deste estudo pretende-se analisar documentos que normatizam a educação patrimonial no município, publicações do IPHAN, guias em Educação Patrimonial e acervos históricos. As bases de dados científicos que serão utilizadas para buscas de artigos, livros e capítulos de livros serão: ScienceDirect (<https://www.sciencedirect.com>), Scopus (<http://www.scopus.com>), Portal de Periódicos CAPES/MEC (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), Scielo – Scientific Electronic Library Online (<https://www.scielo.org/>) e Science.gov (<https://www.science.gov/>).

Após a realização de uma revisão sistemática de literatura, será elaborada uma cartilha de Educação Patrimonial, composta por uma abordagem provocativa, reflexiva e crítica sobre patrimônio e formação cidadã. Espera-se que a cartilha apresente a Educação Patrimonial como uma forma de construção social repleta de sentidos que possibilitem um processo de aprendizagem significativo.

5 Conclusão

Estimular atitudes favoráveis para a vida que acontece num determinado espaço onde se constrói a identidade e história dos sujeitos numa perspectiva dinâmica, constitui um desafio para o trabalho docente no âmbito da educação escolar. Um dos caminhos possíveis que corresponde a esse desafio é o trabalho reflexivo, crítico e dialógico em Educação Patrimonial.

Nesse sentido a Educação Patrimonial passa a ser eixo principal para a reflexão provocativa que a pesquisa sugere, possibilitando o olhar crítico de construção coletiva que possivelmente serão apontados em outros momentos dessa reflexão teórica. Isso inclui no processo ensino-aprendizagem a construção e apropriação do conhecimento. Um despertar necessário para o desenvolvimento da Educação Patrimonial do Município de Diamantina.

6 Referências

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93. Disponível em: <https://books.openedition.org/oepe/868>. Acesso em: 28 set. 2020.

BARCA, I. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. **Revista de História**. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 37–51, jan/jun, 2012. DOI 10.5216/hr.v17i1.21683.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista dos bens culturais inscritos nos livros do tomo**. p. 52, 2013. Disponível em: <https://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em 28 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 81, p. 6, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em 28 set. 2020.

DIAMANTINA. **Decreto nº 466 de 29 de novembro de 2019**. Institui o programa pedagógico de educação patrimonial, e dá outras providências. Diamantina: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/12/0466-Decr.-EDUCA----O-PATRIMONIAL.pdf>. Acesso em 28 set. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MERILLAS, O. F. et al. Evaluación de la calidad de programas de educación patrimonial: construcción y calibración de la escala Q-Edutage. **Revista de Psicodidáctica**, v. 24, n. 1, p. 21-38, 2019. DOI <https://doi.org/10.1016/j.psicod.2018.07.003>.

RIVAS, P. G. Strategies for teaching and dissemination of artistic heritage by promoting critical and creative thinking among future Primary Education teachers. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, n. 237, p. 717-722, 2017. DOI <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2017.02.112>.

ROSSI, C. M. S. Educação patrimonial e história da educação: contribuições para a formação de professores. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 113-120, 2017. DOI <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.122>.

TARDY, C; DODEBEI, V. (Ed.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/417>. Acesso em 28 set. 2020.

TUAN, Yu-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes, e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.